

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO CNPJ 45.395.704/0001-49

Ata nº 010 – Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo – 08-11-2017

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, em reunião ocorrida no Auditório Elmano Ferreira Veloso, localizado na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Avenida Olívo Gomes, nº 100, Santana, São José dos Campos (SP), para Reunião Ordinária que contou com a pauta: 1) Aprovação das Atas nºs 008, de 20/09/2017 e nº 009 de 17/10/2017. 2) Aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo para o exercício de 2018. 3) Votação para escolha de 2 (dois) membros do Conselho Gestor. 4) Discussão do Regimento Interno LIF 2017. 5) Edital LIF 2017. O Presidente fez a abertura da reunião agradecendo a presença de todos por estrarem prestigiando e fazendo com que os trabalhos tenham andamento, frisando que a pauta não era tão extensa, seguida de leitura das justificativas de ausência dos Conselheiros conforme seguem: Mirian Menezes, Carlos Frederico D'Avila de Brito, Vitor Chuster. Fez leitura também do pedido de renúncia do Conselho Deliberativo, da Conselheira Thais de Moura Lopes, representante do segmento Instituições Culturais, ressaltando o que já foi dito na reunião anterior, ou seja, esses pedidos de desligamento são para propiciar a oportunidade de participação em editais que serão lançados tanto da LIF quanto do FMC, dizendo que a argumentação deles é de que o mercado está muito competitivo e que tem dificuldade em serem contemplados em outros editais, por exemplo do PROAC e com eles participando do Conselho Deliberativo, estriam impedidos de participarem dos editais. Dando início ao primeiro item de pauta, colocou para aprovação a Ata nº 008, de 20/09, e a Ata nº 009, de 17/10/2017, indagando se todos haviam recebido por e-mail, se todos estavam de acordo com a aprovação que permanecessem como estavam, como não houve manifestação, as duas atas foram aprovadas por unanimidade. Prosseguindo, colocou o calendário de reuniões ordinárias do exercício de 2018, indagando, dizendo que foi feito no mesmo esquema da anterior, ou seja, toda primeira quartafeira do mês, exceção aos dias em que há feriado antes ou imediatamente após a quarta-feira de reunião que, nesse caso, a reunião é marcada na quarta-feira seguinte, ocasião em que indagou se todos estavam de acordo, se havia abstenção, ou se alguém era contra, como não houve manifestação, o calendário para o exercício de 2018 foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o terceiro item de pauta que diz respeito à escolha de dois membros para o Conselho Gestor do FMC – Fundo Municipal de Cultura, lembrando-os que ficou disponibilizado em até dez (dez) dias para aos Conselheiros que quisessem indicar nomes, por meio eletrônico, ocasião em que informou que não houve nenhuma indicação por meio eletrônico, além dos nomes indicados pelo Conselheiro Vicente Cioffi, na reunião passada que seriam a Conselheira Antonia Vieira de Oliveira, a Conselheira Daniela Savastano e a Ex-Conselheira, Helen Rose dos Santos, frisando que seria necessária a votação desses 3 (três) nomes e assim, retirados 2 (duas) pessoas para preenchimento das 2 (duas) vagas daquele Conselho, que conforme discutido sobre a forma de votação, ficou decidido, pela maioria, que cada Conselheiro votaria em 2 (dois) nomes. Prosseguindo, o Conselheiro Fernando Scarpel, segmento Instituições Culturais, votou em um nome, ou seja, votou no nome de Antonia Vieira. A Conselheira Janete Neusa, segmento Usuários Matriculados na FCCR, votou nos nomes de Helen Rose e Antonia Vieira. Conselheiro Luiz Gustavo, segmento Clubes de Serviços, votou nos nomes de Helen Rose e Daniela Savastano. O Conselheiro Paulo Fernandes, segmento Associações Recreativas, votou nos nomes de Antonia Vieira e Helen Rose. A Conselheira Gisele Moreira, segmento Secretaria de Educação, votou nos nomes de Antonia Vieira e Helen Rose. A Conselheira Antonia Vieira, segmento Clubes de Serviços-Rotarty, votou nos nomes Antonia Vieira e Helen Rose. O

e-mail: presidencia@fccr.sp.gov.br



Conselheiro Constantin Filippiadis, segmento Notável Saber da área Cultural, votou nos nomes de Daniela Savastano e Helen Rose. A Conselheira Soraya Cristina, segmento ADC'S votou nos nomes Antonia Vieira e Helen Rose. A Conselheira Cláudia Maria, segmento Esporte e Oualidade de Vida, votou nos nomes de Daniela Savastano e Helen Rose. A Conselheira Lucema de Morais, segmento Associações e Sindicatos de Empregados, votou nos nomes de Daniela Savastano e Helen Rose. O Conselheiro Marco Antonio, segmento Instituições Empresariais, votou nos nomes de Daniela Savastano e Helen Rose. O Conselheiro Orlando Orlandi, segmento Clubes de Serviços-Lions, votou nos nomes de Antonia Vieira e Daniela Savastano. O Conselheiro Ricardo Veiga, segmento Profissionais Liberais, substituindo o Conselheiro Vitor Chuster, após explicação rápida do Presidente sobre o assunto, votou nos nomes de Antonia Vieira e Daniela Savastano. A Conselheira Daniela Savastano, segmento Servico Social e Formação de Mão-de-Obra-SESC, votou no nome de Helen Rose. O Conselheiro Cannizza, segmento Corpo Docente Curso Nível Superior, votou nos nomes de Daniela Savastano e Antonia Vieira. De posse da palavra, a Conselheira Daniela Savastano disse que tinha sido Conselheira do Fundo Municipal de Cultura e que achava importante a renovação, acrescentando ter sido uma experiência boa e que estar próximo das propostas da área da cultura é sempre uma oportunidade para que se conheça as propostas dos grupos e conhecer mais sobre os projetos é muito bom. Prosseguindo, o Presidente deu um depoimento dizendo que presenciou durante todo esse tempo os trabalhos de análise dos projetos do Fundo Municipal e que o que a Conselheira Daniela falou sobre a participação no FMC, ele reiterava, frisando ser é um trabalho que exige muita dedicação e que não é uma simples participação e que todos que se propuseram a participar se empenharam, participaram e estudaram muito os projetos, trazendo, muitas vezes, algumas proposições, ideias, assim como algumas restrições, ou seja, tinham conhecimento daquilo que estavam fazendo, dizendo ainda que é um trabalho voluntário, sem remuneração, ocasião em que fez agradecimentos à Conselheira Daniela pelo empenho dedicado, dizendo ainda que a Conselheira Daniela poderia, no futuro, participar outra vez. Com a palavra e com o número votado e exibido em multimídia, o Presidente disse estar finalizado o processo de escolha dos dois membros do Conselho Gestor, o qual anunciou que o Conselho Gestor, então, contará com as novas Conselheiras Antonia Vieira e Helen Rose, para a qual desejou boas-vindas e mais uma vez agradeceu à Conselheira Daniela. Informou ainda que no dia seguinte já haveria uma reunião e que qualquer dúvida, procurasse o Sr. Antonio SEC/LIF. Prosseguindo com a pauta, Regimento Interno da LIF e do Edital LIF-2017, o Presidente passou a palavra ao Sr. Antonio, Secretário Executivo do FMC e SEC-LIF, ocasião em que este cumprimentou os Conselheiros e disse que seria tratado de um assunto que os Conselheiros já tinham a pauta desde a reunião passada, ou seja, trataria sobre o Regimento e Edital da LIF que foi adiada, tendo em vista a consulta que deveria ser feita junto ao Ministério Público, devido às mudancas feitas na LIF – Lei de Incentivo Fiscal em 2011 no tocante aos instrumentos de avaliação em diálogo com a Sra. Promotora. Disse que a reunião com a Promotora tinha acontecido no dia anterior ao dia da reunião e que esta aprovou, praticamente, todas as mudanças, dizendo achar importante para o crescimento e para o avanço da Lei de Incentivo Fiscal. Disse ainda que no dia da reunião, fez reunião com a Comissão e que esta Comissão encaminhou um parecer de aprovação tanto da mudança de regimento da LIF quanto do Edital, ocasião em que perguntou ao Conselheiro e Coordenador da Comissão LIF se este gostaria de falar sobre o assunto, ocasião em que o Conselheiro Orlando disse que faria um resumo das alterações propostas que foram modificadas, essas modificações foram exibidas em multimídia, e que transcreve-se na íntegra: "Primeira coisa é a inscrição digital. No ano passado já havia sido realizada uma experiência com o Fundo Municipal de Cultura, o que possibilitou que esse ano, vários editais da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, esse ano, passaram a



experimentar a inscrição digital, que é uma maneira mais rápida e fácil para as pessoas e também para as próprias análises dos projetos. Assim, a LIF irá introduzir a inscrição digital, onde toda documentação e o processo de seleção também serão encaminhados via digital. Haverá também uma simplificação no processo de inscrição pois, anteriormente, pedia-se certidão negativa de débitos para o concorrente, e o entendimento atual para os editais é, que esse documento se faz importante no processo de contratação e não na inscrição. Fizemos assim, uma inscrição mais simplificada para dinamizar o processo, onde solicita-se um comprovante de residência e de identidade. A principal mudança é possibilidade de remuneração do proponente. O proponente, responsável pelos projetos, até 2007 recebia em qualquer condição, sendo que a partir de 2008, devido a questões internas, passou a não ter o direito de receber, o que diminuiu o interesse pela LIF, pois quem propunha e era responsável pelo projeto, inclusive legalmente, não podia receber. A Fundação está propondo um sistema intermediário entre os dois momentos da LIF, onde o proponente pode receber nas atividades de natureza técnico-artística, não podendo receber para a elaboração do projeto, administração e coordenação. Está se propondo, também, a criação de um limite percentual de despesa nos projetos culturais, no qual somente 15% que pode ser para administração, 20% para comunicação e divulgação, 10% para captação, para que o projeto invista maiores recursos nas áreas artísticas. Propôs-se também a limitação de participação de profissionais em várias funções, podendo receber em até duas funções remuneradas no projeto aprovado ou exceder quatro funções remuneradas em projetos em execução, visando impedir a repetição em vários projetos dos mesmos grupos ou profissionais. Outra mudança foi no processo de inscrição, até pela experiência da LIF, em que haviam várias prorrogações de prazo de inscrição, para conseguir maior número de projetos, até 2012. Inspirado no ProAc ICMS, fez-se um processo de inscrição longo, de 4 a 6 meses de inscrição e durante essa inscrição há o processo de seleção, sendo que haverá 3 períodos de inscrição, que são contínuos, no qual após uma determinada data, os projetos inscritos irão para a análise documental e de seleção e uma vez aprovado pode captar. Uma vez captado, o recurso é abatido do valor total dos recursos LIF para aquele ano. Isso dá um dinamismo muito grande para o processo. O processo de seleção é a principal mudança que propomos. Até os anos 2000, a Fundação trabalhava com comissões setoriais e a partir de 2001 criou-se 3 comissões: CEATO, comissão interna e Cultura e comissão LIF, comissões do Conselho deliberativo, que até 2011 funcionava da seguinte maneira: CEATO cuidava das áreas técnicas e orçamentária do projeto, verificando se o projeto era viável, depois a comissão Cultura analisava a questão cultural do projeto e a comissão LIF trabalhava mais a questão de captação e orçamentária. A partir de 2011 com a introdução de instrumentos de avaliação, a CEATO, a comissão de Cultura e a comissão LIF passaram a avaliar a partir desse instrumento de avaliação, o que na prática fez com que as três comissões fizessem a mesma atividade, com os mesmos itens e elementos. Essa pontuação gerava uma média geral e o conselho deliberativo analisava e fazia a decisão final. A nossa proposta é mesclar a analise anterior, mas também com os critérios e objetivos que promoveram avanço na avaliação, tornando-a mais objetiva. Então a CEATO passa a realizar a análise documental e também faz um parecer de viabilidade técnica, que servirá de referência para uma comissão externa, que é a comissão de seleção, escolhida a partir de um edital de credenciamento, que irá analisar a partir de um instrumento de avaliação mais simples. Após passará pela comissão Cultura e comissão LIF, que poderá ser conjunto ou não, mas ambas analisarão os projetos no ponto de vista do campo de atuação da fundação e potencial de captação dos projetos. E a partir desses três sistemas de avaliação, o conselho deliberativo decide qual projeto deverá ou não ser captado. Dentro do processo de seleção, alterou-se os instrumentos de avaliação: Até 2010 você só tinha os pareceres, em 2011 introduziu-se os instrumentos de avaliação com 7 itens e 22 subitens, que tem uma série



de vantagens, ele é bem detalhado, mas por uns momentos eles fazem pontuação com dimensão educativa, social, e nem sempre aquele projeto tem sua proposta vinculada a essas áreas, e isso trazia alguns problemas, então resolvemos aperfeiçoar esse modelo de pontuação objetiva, com 5 itens com máxima de dez pontos e média de cinco. Antes você tinha sete itens: clareza e exatidão e integridade de informações constantes no projeto; valor cultural do projeto; interesse e participação da comunidade; caráter multiplicador; beneficiários atendidos do projeto; viabilidade técnica; áreas culturais com menor possibilidade de desenvolvimento somente com recursos próprios. Agora temos: excelência e relevância artística do projeto; qualificação dos profissionais e técnicos evolvidos no projeto, isso é relativa, depende do formato do projeto; viabilidade técnica; estratégia de comunicação e divulgação; clareza, exatidão e integridade das informações constantes no projeto. Muitos elementos da avaliação anterior estão embutidos nessa pontuação atual. Tivemos um encontro com a promotora do ministério público sobre essas mudancas e esse foi um dos elementos no qual ela destacou quando considerou as mudanças positivas, porque na verdade a proposta inicial dos instrumentos de avaliação era haver maior objetividade na seleção dos projetos e isto foi mantido. Por fim, propôs-se uma modificação, mais interna, no qual o saldo não utilizado em projetos em execução na LIF, devido a variações da sua proposta inicial, essa sobra vai para Fundação. A proposta é que essa sobra seja vinculada a uma conta especifica da LIF destinada à contratação da comissão de seleção e para atividades que a secretaria cultural pretende fazer com a LIF, para atrair os incentivadores e intermediar a relação com os proponentes. As pequenas alterações que nós temos em relação ao material que vocês receberam, foi que antes você tinha uma comissão de análise documental e técnica, nós voltamos ao nome original, CEATO, uma vez que verificamos que haveria uma série de alterações legais a serem feitas, inclusive internas, e que não se faziam necessárias somente para modificar esse nome, porque as funções continuarão sendo as funções da análise técnica e documental. Ao término da apresentação, perguntou se os conselheiros teriam alguma dúvida. O Conselheiro Fernando Scarpel indagou se a Comissão de Avaliação do projeto seria uma comissão externa? O Sr. Antonio disse que é uma Comissão de Pareceristas externos e que a cada ano serão contratados para fazer esse tipo de análise e que haverá um edital de credenciamento, onde as pessoas se inscrevem, terão as documentações necessárias para entrega que de acordo com essa documentação, o projeto receberá uma pontuação e classificação e a partir disso, serão chamadas as pessoas para fazer as seleções, frisando que no caso do Fundo, por muito tempo, atuou um parecerista fora de São José dos Campos, e assim, acredita que vai fechar esse processo. O Conselheiro Fernando Scarpel perguntou se esses pareceristas seriam remunerados de início pela própria FCCR. O Sr. Antonio disse que sim e que eles têm que ser da área cultural, inclusive consta do Regimento, ocasião em que perguntou se havia mais alguma dúvida, como não houve, perguntou se poderia colocar em votação, o tanto o Regimento Interno quanto o Edital, ocasião em que o Presidente indagou se havia alguém contra a aprovação ou se abstinha de votar que se manifestasse. Não houve manifestação contrária, sendo assim, o Regimento e o Edital foram provados por unanimidade. Com a palavra, o Presidente disse que esse trabalho vem sendo discutido, analisado por um grupo interno, pelo Antonio, Agenor, Dr. Wagner, Jonas, Fernanda com o objetivo de buscar um aperfeiçoamento e o que foi mostrado foi o extraído desse estudo, para ver se, efetivamente, consegue fomentar a cultura através da LIF e que haverá um ganho de interesse e captação de recursos, que muitas vezes não acontecia e que a expectativa é de um resultado promissor mais adiante. Finalizando o assunto de pauta, o Presidente os convidou para o Sarau Alma Grande, que se realizaria no dia 11/11, na Sala Reginaldo Poeta, em comemoração ao mês da Consciência Negra. O Conselheiro Fernando Scarpel disse que havia um questionamento, pois que as pessoas ficavam cobrando, que era sobre a Cia. Jovem de Dança, porque até o



momento não havia saído nada, também da Orquestra, que deste último já havia conversado com o Dr. Wagner e este teria dito que sobre a Orquestra seria algo mais complexo e quis saber se havia previsão para essas demandas. O Presidente, antes de responder passou a palavra ao Conselheiro Cannizza que quis se manifestar, ocasião em que este disse que no domingo houve um concerto muito bonito na Capela do Vicentina Aranha e que havia a logomarca da FCCR o que o havia deixado feliz, contou isso para dizer que até então andava triste, se sentindo órfão da música erudita na cidade, frisando que só sobrou a programação que a SOCEM faz e que a cidade estava sem Orquestra, sem Coro Jovem, sem o Projeto Vila Lobos e quem disse que não tem público e que não há pessoas que apreciem esse tipo de arte, o que acontece é que há um mau assessoramento, haja vista a quantidade de pessoas que foram ao Vicentina Aranha para prestigiar o evento realizado naquele órgão. Disse compreender que a Orquestra é um assunto complexo, mas o Coro Jovem já fazia um papel muito bonito e bom na cidade e o projeto Vila Lobos apresentava uma série de concertos de música erudita, sugerindo a volta desses projetos, pois achava que estava demorando muito. O Conselheiro Paulo Fernandes quis relatar que esteve em um workshop que foi realizado com o Betto Estrada, focando musicalização no cinema, e que o evento contou com grande público na participação, frisando que quando há um nome importante no projeto a participação do público é maior e que foi muito bom e que quem não participou perdeu a oportunidade. O Presidente, respondendo ao questionamento do Conselheiro Fernando Scarpel, disse que o projeto da FCCR é fazer o retorno da Cia. de Dança, com as atividades, fazer seleção e professores para que o ano que vem já comecem os trabalhos com o funcionamento normal, explicando que houve interrupção, por encerramento de contratação, orçamento e depois entrou em vigor a lei do Marco Regulatório e que para terceirizar ou contratar alguém para fazer a gestão, deve-se trabalhar com a legislação que é nova e com dúvidas de como proceder, haja vista que os próprios grupos tem dificuldade em atender o que a legislação exige, mas que será superado e haverá continuidade do projeto no ano que vem porque também haverá uma questão orçamentária um pouco mais favorável, que proporcionará dar passos maiores e buscar atividades com mais qualidade e profundidade, frisando que não caiu a qualidade dos projetos apresentados. Em relação ao que foi falado pelo Conselheiro Cannizza, o Presidente disse que ninguém o havia informado que não existia público para música erudita, pelo contrário, o que se sabe é que a sociedade está ávida por esse tipo de arte, tanto é que que no final de semana, domingo, foi feita apresentação de um grupo de Orquestra Barroca, no Teatro Municipal e que havia aproximadamente 300 pessoas, dizendo que foi uma Orquestra de Cordas, de um trabalho feito na periferia por um pai autodidata dedicado ao trabalho e o filho também que é um violinista de primeira linha e que faz esse trabalho espetacular, dizendo que tinha jovens de doze e treze anos, tocando violino de forma emocionante, com repertório variado, erudito, popular, música brasileira e devido a essa variação, agradou aos presentes, frisando que o público era composto por jovens, adolescentes, terceira idade e que tem trabalhado com esse segmento da música durante o mês inteiro no qual foi comtemplada a música erudita. O Presidente parabenizou o pianista Taubkin, pelo trabalho maravilhoso, informando que este transita no limite entre popular e erudito. O Presidente frisou que não está deixando de atender nenhum segmento, porém a Orquestra foge da alçada da FCCR, dizendo ser uma decisão que veio do executivo e há a intenção de criar uma Orquestra, mas uma Orquestra Jovem e que o Coro Jovem também já estava em atividades, com ensaios na FCCR e que mês seguinte já aconteceriam apresentações do Coro Jovem. O Presidente indagou se havia mais algum assunto relacionado em tema tratado, como não houve manifestação, passou a palavra ao Diretor Cultural, Sr. Agenor Carvalho, para que complementasse com algum detalhe a mais sobre os trabalhos que vem sendo realizado. A Conselheira Antonia pediu a palavra para complementar o que o Presidente havia dito e



acrescentou que no dia 11 de novembro se apresentaria no Teatro Dailor Varela "Nuances da Juventude" que era a Orquestra que o Presidente se referira, ou seja a Luzes da Ribalta, que era composta por jovens tocando piano, educados por um pai Porteiro, Sr. Deusdete e o filho Willian, dizendo conhecer bem a história da família, ocasião em que o Presidente disse que pode ser o embrião de uma Orquestra Jovem e que a ideia é essa, ou seja, aproveitar esses segmentos independentes que já existem, montar e a FCCR em um momento posterior, capitanear esse trabalho pra formação de uma Orquestra, começando com uma Orquestra Jovem, com oportunidades para quem é de São José dos Campos e em segundo lugar, oportunidade para os jovens que estão na periferia. O Presidente disse ainda que é justificável o encerramento da Orquestra Oficial, que tinha ficado como um equipamento público elitizado onde as apresentações eram, via de regra, no Parque Vicentina Aranha, no Teatro Municipal, ou eventualmente na Praça do Jardim Aquarius, com a maioria dos músicos de outras cidades, ressaltando que quem mora no Campos dos Alemães, Zona Leste, Altos de Santana jamais iria tomar dois ônibus para assistir às apresentações e uma vez que a FCCR usa dinheiro público, é bom e natural que se componha uma orquestra com músicos da cidade. Acrescentou que o Rotary doou violinos para eles (Luzes da Ribalta) a FCCR está fazendo outro projeto para ajudar nos violinos. Com a palavra, o Diretor Cultural, Agenor Carvalho, acrescentou que já havia conversado com o Conselheiro Cannizza sobre o assunto, ressaltando que tem formação profissional das Orquestras Sinfônicas e assim, sabe da importância da Orquestra. Prosseguindo, o Diretor Cultural falou da programação realizadas como concertos em parceria com o Festival Vila Lobos, um de piano e um de Quarteto de Cordas no Teatro Municipal, foi feito também o La Traviata, uma ópera no Teatro Municipal, o mês da música com Luzes da Ribalta, frisando que acontecerão mais eventos envolvendo o Luzes da Ribalta, também houve apresentação de Coral, dizendo que a ideia do mês da música é de trabalhar um conceito de forma e tempo, no sentido de diversos estilos. Enfim, o Diretor Cultural os informou de todos os eventos realizados e que ainda seriam realizados, acrescentando que a programação estava riquíssima e extensa. Finalizando e de posse da palavra, o Presidente indagou se alguém gostaria de se manifestar, porém mão houve manifestação, ocasião em que falou da importância de público nos eventos e pediu aos Conselheiros que divulgassem e participassem dos eventos da Fundação Cultural. Nada mais a registrar, eu, Julia de Castro Silva Ivo, lavrei a presente.

> Aldo Zonzini Filho Presidente do Conselho Deliberativo

Julia de Castro Silva Ivo Secretária do Conselho Deliberativo